

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CTCOB**  
**ATA DA 50ª REUNIÃO**

6Data: 19 de junho de 2007

7Local: SRHU – Brasília

**9PARTICIPANTES:**

- 11 ● Ministério do Meio Ambiente-MMA-SRH: Rodrigo Speziali de Carvalho  
12 (rodrigo.carvalho@mma.gov.br)
- 13 ● Ministério do Meio Ambiente-MMA-ANA: Patrick T Thomas-(patrick@ana.gov.br)
- 14 ● Ministério da Agricultura-MAPA: Eduardo Cadavid (educa@sede.embrapa)
- 15 ● Ministério das Cidades: Valdemar F. Araújo- Conselheiro-  
16 (valdemar.filho@cidades.gov.br)
- 17 ● Ministério das Minas e Energia: Gualter Carvalho Mendes- Conselheiro-  
18 (gualtermendes@mme.gov.br)
- 19 ● Ministério da Integração Nacional- Paulo Roberto Soares Junior-  
20 (paulorsjunior@yahoo.com.br)
- 21 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Espírito Santo/Minas Gerais- Sergio Gustavo  
22 Leal- (sergio.leal@igam.mg.gov.br)
- 23 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Paraná/Mato Grosso- Enéas Souza Machado  
24 (eneasmachado@sudersa.pr.gov.br)
- 25 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- SP/RJ- Eliseu Itiro Ayabe-  
26 (eayabe@sp.gov.br)
- 27 ● Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Luiz Fernando de  
28 Arruda Gonçalves- luiz.goncalves@copel.com
- 29 ● Irrigantes- Jairo dos Santos Lousa – Conselheiro- (jairolousa@yahoo.com.br)
- 30 ● Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento  
31 Sanitário: Walder Suriani – Conselheiro-(aesbe@aesbe.org.br)
- 32 ● Usuário/Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Wilson de  
33 Azevedo Filho- (azefilho@hotmail.com)
- 34 ● Usuário/Indústria: Patricia H.G. Boson- Conselheira-(tita@uaigiga.com.br)
- 35 ● Comitês de Bacias Hidrograficas- Eduardo L Paschoalotti-  
36 (epaschoalotti@am.ripasa.com.br)
- 37 ● Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Francisco Carlos  
38 Castro Lahós- (francisco@agua.org.br)
- 39 ● Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Jaildo Santos Pereira- (jaildo@yahoo.com)

**41DEMAIS PRESENTES:**

- 43 ● Christian André Haddad Govastki- (MME)-(christian.gowastki@mma.gov.br)
- 44 ● Cassio de Sá- (SRHU-MMA)- (cassio.sa@mma.gov.br)
- 45 ● Hubert Brant Moraes-(AESB)- (assessoria@aesb.org.br)
- 46 ● José Carlos Pires-(Assessoria Parlamentar)- (josecarlospires@gmail.com)
- 47 ● Thais Chueira- (PATRI) (thais.chueira@patri.com.br)
- 48 ● Lincoln Corrêa Curado- Conselheiro-(FAMASUL- MS)- (lincolncurado@terra.com.br)

## 51 ▪RELATORIA:

52

53 ▪**Ednaldo Mesquita Carvalho** - SRHU/MMA - Tel.: (61) 3410-2082

54(ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

55

56

## 57 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

58

59 No dia 19 de junho do ano dois mil e sete, com início às 9h50, a Câmara Técnica de Cobrança  
60 pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH  
61 realizou sua 50.<sup>a</sup> reunião em Brasília, convocada há doze dias, tendo como presidente, o **Sr.**  
62 **Rodrigo Speziali de Carvalho** (SRHU/MMA) e como relator, o senhor **Ednaldo Mesquita**  
63 **Carvalho**, (SRHU/MMA) com a presença de 17 dos seus membros e 6 convidados. *Item 1-*  
64 *Informes e aprovação da Ata da 49ª reunião da CTCOB.* Como informes, a **Conselheira**  
65 **Patrícia Boson- (Indústria)** comunicou que a CNI realizou a I Conferência da Indústria para o  
66 Meio Ambiente, com a presença de pelo menos 400 representações. Vários temas foram  
67 discutidos, ao final, foram elaboradas acertivas que são a forma como pensa o setor a respeito  
68 dos diversos assuntos selecionados, entre estes, os Recursos Hídricos. Sobre este tema, comentou  
69 a conselheira que a indústria entende que a cobrança é um avanço e se dispõe a ser parceira,  
70 apoiando todas as iniciativas, por outro lado, o setor é frontalmente contra o contingenciamento  
71 que hoje incide sobre o pagamento efetuado pelo setor hidrelétrico. Além da cobrança foram  
72 ainda discutidos, o PNRH, e as Agências de Água. Concluiu, informando que na forma de  
73 acertivas serão apresentadas em documento a serem disponibilizados as posições da Indústria  
74 com respeito às questões ambientais. O **Sr. Carlos Lahós- (Consórcios)** informou que o PCJ  
75 está buscando uma forma de financiar, com recursos da cobrança, o setor usuário com juros mais  
76 acessíveis. Os recursos serviriam para viabilizar projetos para a produção limpa, reuso e  
77 racionalização dos usos da água, projetos que vão ao encontro do que preconiza a política de  
78 recursos hídricos. Questionado pelo **Sr. Eliseu I. Ayabe – (CERH-SP)** a respeito do grau de  
79 dificuldade para financiar o setor, o **Sr. Francisco Lahós- (Consórcios)** respondeu.: Existem  
80 condicionantes explícitos na lei de responsabilidade fiscal que impedem a utilização de recursos  
81 públicos no financiamento do setor privado. **O Presidente da CTCOB, Sr. Rodrigo Speziali,**  
82 **(SRHU/MMA)** comentou sobre os andamentos para a realização do seminário “Perspectivas da  
83 Cobrança pelo Uso da Água no Brasil”. Como razão principal, foi dito sobre a necessidade de  
84 ampliar as discussões sobre o tema com os usuários, em especial as pequenas e médias empresas  
85 que, após pesquisa do IPEA, verificou-se que estas não apóiam, como as demais, a  
86 implementação do instrumento, sendo portanto o momento para ampliar o debate. Comentou  
87 novamente sobre a parceria em curso com o Jornal Valor Econômico, e com o apoio em  
88 negociação com a FIRJAN e SERLA no Estado do Rio de Janeiro, onde em princípio o evento  
89 seria realizado, no mês de agosto. Explicou ao final sobre o programa, as diversas apresentações  
90 e mesas redondas, dando ênfase à última mesa redonda que deverá tratar dos “mecanismos de  
91 lavancagem financeira dos recursos da cobrança”. Iniciando os esclarecimentos e debates, **Sr.**  
92 **Patrick Thomas-(ANA/MMA)** comentou que sempre os repórteres, quando pautam matéria  
93 sobre a cobrança, questionam sobre o que está sendo feito com os recursos arrecadados, por isso  
94 achava fundamental que não poderiam estar fora do seminário uma apresentação das duas  
95 Agências de Água hoje existentes nas únicas bacias que instituiriam a Cobrança, no caso a  
96 AGEVAP e o Consórcio PCJ. A **Conselheira Patrícia Boson- (Indústria)** acrescentou, como  
97 sugestões, que de fato para sermos coerentes com o tema do seminário, os avanços deveriam ser  
98 apresentados pela ANA que efetivamente emite os boletos e recebe e repassa os recursos, neste  
99 momento deveriam ser também abordados aspectos sobre as dificuldades para aplicação do  
100 dinheiro público, assunto que poderia ser debatido com técnico da SOF. Como sugestão de  
101 debatedores, recomendou a inclusão da Dra. Maria Luisa Werneck na segunda palestra sobre  
102 “Marco Regulatório”, do Dr. Garrido, na terceira palestra sobre os “Instrumentos Econômicos da

103Gestão”, e para a mesa redonda sobre “Perspectivas para os Setores Usuários” recomendou  
104convidar um técnico de alguma empresa que efetivamente efetua o pagamento, se possível da  
105CSN. Como comentário final, sugeriu para a mesa redonda que tratará de modelos de gestão que  
106fosse convidado um Estado que efetivamente estão cobrando, como o Ceará. O **Conselheiro**  
107**Jairo Lousa-(Irrigantes)** apoiou a iniciativa do seminário e comunicou que a CNA estava  
108pensando em fazer algo do gênero. Sobre o tema “alavancagem” disse ser muito importante e  
109acredita que não haverá dificuldade na sua operacionalização. Solicitou que também fossem  
110incluídos como passíveis de financiamento com recursos da cobrança a construção de pequenas  
111barragens de montante com o intuito de reservar água. Disse que mantém a sua posição contrária  
112ao instrumento cobrança da maneira que o mesmo está sendo implementado. O **Sr. Wilson de**  
113**Azevedo- (Pescadores, lazer e turismo)** sugere, como a Conselheira Patrícia, a mudança de  
114alguns conferencistas elencados na versão apresentada do programa. Acha que a Política de  
115Recursos Hídricos ainda não foi internalizada nem mesmo no governo, a prova desta evidência  
116estaria no forte contingenciamento que incide sobre os recursos da cobrança do setor elétrico, por  
117isso sugere que o tema “**Contingenciamento**” **seja também abordado no seminário.** O **Sr.**  
118**Francisco Lahós, (Consórcios)** comentando sobre um evento realizado nas bacias PCJ em 2000  
119sobre solução de problemas ambientais, disse ser importante, como fizeram à época, que a  
120oficina tenha como produto um documento apontando onde, como e quando os assuntos  
121abordados poderão ser aprofundados ou solucionados. O **Presidente da CT, Rodrigo Speziali,**  
122**(SRHU/MMA)** alertou, após ouvir os demais, que o problema é uma questão de foco, a idéia  
123inicial era a de dar um retorno ao setor usuário. Se houver a mudança de enfoque, acredita que  
124poderão ser geradas dúvidas e inseguranças. Reconhece que atualmente há muitas contradições  
125entre a ordem existente e os reais desejos da sociedade. Entende que as reais questões sinalizadas  
126pela Conselheira Patrícia Boson, devem ser tratadas, mas em eventos futuros. Em seguida, pediu  
127mais apoio por parte dos membros da CTCOB para a realização do seminário, negociações finais  
128, indicação de nomes para palestrantes e debatedores e divulgação do evento. A Conselheira  
129Patrícia, se dispõe a ajudar até mesmo na orientação dos próprios debatedores. O Senhor Jaildo  
130se dispôs também a ajudar no que for possível e o Sr. Francisco Lahós comunicou que o Sr.  
131Dalto Favero continuará dando o apoio necessário, como já vem fazendo para o sucesso do  
132evento. Sobre patrocínio do evento e responsáveis pela organização geral e a data provável para  
133a realização, foi informado pelo Sr. Rodrigo Speziali que o evento será gratuito e com o  
134patrocínio de empresas que serão previamente contactadas pelo jornal Valor Econômico. As  
135datas prováveis serão no mês de agosto, nos dias 30 ou 31 ou setembro 11 a 14. O **Sr. Wilson**  
136**Azevedo -(Pescadores, lazer e turismo)** voltou a insistir que a legislação atual está incompatível  
137com os anseios da sociedade em termos de agilidade e flexibilidade, não entende como o  
138seminário previsto poderá ajudar. O Sr. Rodrigo Speziali voltou a comentar sobre a pesquisa do  
139IPEA que na qual, apenas os grandes empresários demonstraram estar favoráveis ao instrumento  
140cobrança. Tanto a **Conselheira Patrícia Boson -(Industria)** quanto o **Sr. Patrick**  
141**Thomas,(ANA/MMA)** discordaram da afirmativa por entenderem que a pesquisa apresentava  
142falhas na amostragem que captou 10% do universo existente na bacia. O Sr. Rodrigo Speziali  
143insistiu que, independentemente da pesquisa, o objetivo era o de falar com o setor usuário. Na  
144opinião do **Sr. Eduardo Paschoalotti, -(Comitês)** as empresas da bacia PCJ baseiam-se na  
145sustentabilidade do negócio, pagando pelo uso da água para tê-la em quantidade e qualidade.  
146Comentou ainda que existem os que pagam e tem acesso à água, existem os que não pagam e  
147também tem acesso à água, e agora existem os que não pagam e vão receber para “plantar água”  
148para poder melhor recuperar e proteger áreas de reserva permanente(mata ciliar), fazer o melhor  
149uso e ocupação do solo agrícola entre outras coisas. Concluindo, o **Sr. Rodrigo Speziali -**  
150**(SRHU/MMA)**disse reconhecer que o que se pretende com as manifestações é uma mudança de  
151foco que ele reconhece como importante mas que seria objeto de outro seminário. A questão que  
152afeta e interessa às Agências de Água no que diz respeito ao seu custeio também não seria objeto  
153deste seminário. No seminário, voltou a insistir, pretende-se abordar os recursos apropriados à  
154fonte 116, cobrança condominial e como potencializar ações decorrentes. Entende ser o

155financiamento do sistema, como um todo, um outro assunto e muito mais amplo. **Aprovação**  
156**da Ata da 49ª reunião:** Com alguma modificação a ata foi aprovada por unanimidade. **Item 2-**  
157**Desdobramentos e encaminhamentos decorrentes da Resolução 70, de 19/03/07, do CNRH.**  
158**Dinamização, formação e estratégia de atuação do GTAAC.-** O Presidente da CTCOB  
159informou a todos sobre os desdobramentos decorrentes da aprovação da resolução n.º 70 que  
160culminou com a consulta a todos os CERH e Comitês de Bacia de Rios de domínio da União. Os  
161dados foram tabulados pela ANA e subsidiaram a elaboração e aprovação da resolução n.º 71 na  
162última reunião do CNRH, dia 14/06. Ainda decorrente da resolução n.º 70, foi criado o grupo  
163permanente do CNRH no âmbito da CTCOB, explicou o presidente da CT que até o momento  
164faltavam a definição de vários nomes para compor de forma balanceada o GT. Diante do  
165exposto, apresentaram-se para compor o GTAAC os seguintes representantes dos diversos  
166setores que participam da CTCOB. Ficou decidido que a primeira reunião do GTAAC  
167ocorrerá no dia 30/07, dia que antecede a 51ª reunião da CTCOB. Ainda sobre a apresentação,  
168discussão e aprovação da resolução n.º 71 que “*Estabelece as prioridades para aplicação dos*  
169*recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário*  
170*de 2008 e no Plano Plurianual 2008 – 2011*” disse o **Sr. Rodrigo Speziali- (SRHU/MMA)** que  
171o processo iniciou-se no dia anterior, na reunião da CTIL, onde ele e o Sr. Giordano defenderam  
172a resolução e os procedimentos adotados para a consulta aos CERH e Comitês. Após validação  
173pela CTIL, a proposta de resolução foi, em regime de urgência, apresentada na plenária do  
174CNRH, no dia seguinte. No CNRH foi sugerida a introdução do parágrafo único com o  
175seguinte teor “*A ordem numérica de listagem dos subprogramas não estabelece a hierarquia de*  
176*prioridades*”, fazendo com que as sete prioridades elencadas na forma de subprogramas do  
177PNRH não estão em ordem de prioridades propriamente ditas. Sobre este detalhe, a **Conselheira**  
178**Patrícia Boson – (Indústria)** ponderou que ao não definir uma ordem de prioridades  
179demonstrou falta de coragem, a decisão foi tipicamente política. O **Sr. Wilson Azevedo –**  
180**(Pescadores, lazer e turismo)** informou que participou da reunião da CTIL e do CNRH, acha  
181que a metodologia de consulta pode ser aprimorada, o produto não está bom, mas é bem melhor  
182do que havia sido feito anteriormente. O **Sr. Sérgio Gustavo-(CERH/MG)** justificou o atraso do  
183Estado de Minas Gerais no envio das informações como sendo decorrente das mudanças  
184ocorridas na administração do IGAM. Recomendou mudanças na metodologia de coleta das  
185prioridades, inclusive com atribuição de pesos. A **Conselheira Patrícia Boson–**  
186**(Indústria)** retornou as suas críticas ao conteúdo da resolução 71, em especial ao parágrafo  
187único do artigo primeiro. Entende a Conselheira que o parágrafo é inadequado e não reflete a  
188real responsabilidade do CNRH. Informou que dentre as acervadas aprovadas no último evento  
189promovido pela CNI, uma delas é que a cobrança não deverá se prestar para cobrir a falta de  
190financiamento do setor público. Como informação disse que o setor público, no caso as  
191prefeituras, lançam esgoto in natura direto nos rios e se qualquer indústria fizer o mesmo, o seu  
192responsável poderá inclusive ser preso. O **Sr. Patrick Thomas (ANA/MMA)** comunicou que a  
193despoluição de bacias com ações de saneamento foi priorizada pelos comitê e não pela ANA,  
194sendo que 60% dos recursos da cobrança no CEIVAP são gastos para essa finalidade e 80% no  
195PCJ. O **Sr. Eneas Machado-(CERH-PR)** solicitou informações a respeito do próximo passo a  
196ser dado após aprovação da referida resolução pelo CNRH. O **Sr. Rodrigo Speziali-**  
197**(SRHU/MMA)** respondeu que, internamente, o GTAAC ao se reunir desencadeará uma ação de  
198aprimoramento do processo e estabelecer sua rotinas para, de fato, acompanhar a aplicação dos  
199recursos da cobrança pela ANA. Simultaneamente serão despachados ofícios para a ANA,  
200CERH e Comitês de Bacia de Rios de Domínio da União, anexando a própria resolução n.º 71 e  
201a tabulação e relatório a respeito preparado pela ANA. Lembrou que a ANA é a gestora dos  
202recursos e que cabe à Agência aplicá-los da melhor forma possível, respeitando as prioridades  
203estabelecidas pelo CNRH. Sugere que os Estados, ao encaminhar seus pleitos, deverão atentar  
204para aquelas prioridades. O **Sr. Patrick Thomas-(ANA/MMA)** registrou que muitas ações  
205compatíveis com os Subprogramas do PNRH já estão em andamento, recebendo o apoio da  
206ANA, não devendo sofrer solução de descontinuidade. Acha que, pelo fato da ANA estar

recebendo apenas 20% dos recursos orçamentários do que ela efetivamente precisa, as agências hoje têm maior capacidade relativa de investimentos do que a própria ANA. **Item 3- Proposta de regras para eleição de presidentes de Câmaras Técnicas do CNRH- Conselheira Patrícia Boson.** - A Conselheira ponderou que apenas estava pedindo um ofício à CTIL, apoiando esta idéia na qual deveriam ser feitas modificações no regimento interno do CNRH, relacionadas ao estabelecimento de regras claras para a eleição e reeleição de presidentes das câmaras técnicas do CNRH, incentivando a rotatividade da função entre todos os setores. Informou que a CTPOAR já o fez e pediu apoio da CTCOB. O presidente da CT consultou os presentes e recebeu o apoio para o encaminhamento do ofício. **Item 4- Apresentação do relatório final do GT- Interministerial.** - O presidente da CTCOB fez o nivelamento de todos a respeito do GT Interministerial, criado após processo de distribuição de Moção proposta pela CTCOB e aprovada pelo CNRH. O GT foi criado pela Portaria Interministerial n.º 206, de 11/08/2004. Quando foi criado, não existia ainda a Lei 10.881 e nem mesmo a fonte 116. O GT tinha, como missão, a sustentabilidade e blindagem dos recursos decorrentes da cobrança condominial, por outro lado, avançou-se muito pouco no aprofundamento dos problemas que afetam os recursos da cobrança do setor elétrico apropriados na fonte 134. O Sr. Francisco Lahós-(Consortícios) aproveitou para informar que a Lei 10.881 não está sendo aceita pela CGU como amparo legal para os repasses dos recursos da cobrança que a ANA faz às entidades delegatárias, entendendo ser a Lei 8.666 das licitações, como a mais adequada. Recomendou a criação de um novo GT Interministerial para dar continuidade aos entendimentos que viabilizam o repasse integral dos recursos da cobrança condominial às entidades delegatárias. Comunicou que, em recente visita ao Consórcio, técnicos da CGU apontaram em relatório uma série de irregularidades na aplicação dos Recursos por parte do Consórcio PCJ. Acha que estamos criando um mundinho no qual nós entendemos que todos sabem o mesmo que nós, mas não é verdade, porque fora do nosso mundinho, frisou novamente, existem pessoas mesmo de governo que nem mesmo conhecem a Lei 9.433. O Sr. Patrick Thomas, (ANA/MMA) especificamente sobre o relatório da CGU citado, comentou que a emenda constitucional de n.º 19, possibilitou a formalização de contrato de gestão para possibilitar a repasse de recursos públicos para entidades civis, no caso das entidades delegatárias, caso contrário, só conforme a lei 8.666. Na AGEVAP aconteceu a mesma coisa, quando da primeira visita da CGU àquela instituição, evidenciando assim desconhecimento sobre a legislação vigente mesmo por parte daqueles profissionais. Nem todos os profissionais da CGU do Brasil conhecem a lei 10.881. Encerrou, informando que o mesmo relatório em questão também foi enviado à ANA, onde está sendo feita uma análise jurídica para a formulação da defesa. Disse ainda que o Procurador Geral será contatado para ser informado dos procedimentos decorrentes da Lei 10.881 e assim ser internalizado em toda CGU. Comentou ainda que a Lei 9.433 foi concebida para a política ser implementada de forma descentralizada e participativa, mas na prática, devido a amarras na Legislação Brasileira, fica complexa a sua implementação. O Sr. Francisco Lahós,(Consortícios) mesmo com as explicações, manifestou sua posição com respeito à criação de um GT denominado por ele como Guardião, para inclusive auxiliar a própria ANA. O Presidente da CTCOB Sr. Rodrigo Speziali, (SRHU/MMA) acha ser precipitado criar um novo GT Interministerial. O anterior deu certo, porque havia um foco definido, o novo foco deve, primeiramente, ser aprimorado e voltado para as agências. Solicitou ao representante da ANA Sr. Patrick que, na próxima reunião, convidasse um dos procuradores da Agência para discutir com a CTCOB, os modelos de agência de bacia e estratégias para aprimoramento da Lei 10.881 e ainda o que falta em termos de ordenamento jurídico na sobre o tema. O Sr. Jaido Santos- (OTEP) alertou que é preciso falar mais sobre a política de recursos hídricos para outros públicos, praticar, de fato, a transversalidade. Da mesma forma, o Sr. Wilson Azevedo-(Pescadores, lazer e turismo) alertou sobre a falta de internacionalização da Política de Recursos Hídricos no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Sugeriu que nos seminários sejam encontrados momentos onde se possa fazer uma melhor divulgação desta política e assim contribuir com a sua institucionalização. Foi lembrado pelo Presidente da CTCOB que a Ministra do Supremo, Dra. Carmem Lúcia, de Belo Horizonte, é uma pessoa que

259já participou de uma oficina realizada em Belo Horizonte e ela poderia vir a ser uma aliada,  
260participando de outras iniciativas. O **Sr. Valdemar F. Araujo- (MCidades)** fez um paralelo  
261entre a Política de Saúde que tem dificuldade de ser incorporada e a Política de Recursos  
262Hídricos ainda nova com a pretensão de ter a capilaridade institucional que deseja. Registrou  
263que a Política de Recursos Hídricos tem poucos pontos de clivagem, como é o caso da não  
264participação dos municípios, tornando-se naturalmente difícil a sua internalização. O **Sr. Patrick**  
265**Thomas-(ANA/MMA)** concorda com o Sr. Valdemar e ainda registra que os recursos a serem  
266arrecadados nas bacias não serão suficientes para cobrir além de 10% do passivo existente,  
267tornando-se assim indispensável sensibilizar outras políticas e assim conquistar outros  
268parceiros. O **Sr. Francisco Lahós-(Consórcios)** voltou a insistir sobre a insegurança que existe,  
269já manifesta na Casa Civil, relacionada à impossibilidade de Consórcios Privados atuarem como  
270entidades delegatárias, por isso, está em dúvida sobre a renovação do Contrato do Consórcio PCJ  
271como o Comitê PCJ com a aprovação do CNRH. O Conselheiro Walder Suriani também alertou  
272que a implementação da política de saneamento existe também indefinições relacionadas aos  
273Consórcios públicos, e sobre a titularidade dos municípios. O **Sr. Valdemar Araujo-**  
274**(MCidades)** contestou, afirmando que as ponderações procedem apenas no caso das áreas  
275metropolitanas. *Item 5- Ação prioritária do Plano anual CTCOB- Reforço das Garantias do*  
276*Retorno dos Recursos da Cobrança Pelo Uso da Água / Marco Regulatório(segurança*  
277*jurídica) da Cobrança (fonte 116). Análise e encaminhamentos decorrentes do Ofício n.º P-*  
278*018/2007- do Consórcio Intermunicipal das bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá -*  
279*Consórcio- PCJ que trata de uma “Proposta de antecipação dos recursos da cobrança pelo*  
280*uso da água para acelerar o processo de despoluição nas bacias PCJ.* O Presidente da CTCOB,  
281**Sr. Rodrigo Speziali,-(SRHU/MMA)** explicou os motivos que o levaram a pautar a questão  
282levantada pelo Consórcio PCJ e a relacionou com o item 1 do plano de trabalho da CTCOB que  
283relaciona, como importante, o aprimoramento do Marco Regulatório para viabilizar a necessária  
284segurança jurídica, é exatamente o que solicita o consórcio PCJ ao indagar : “sobre a  
285possibilidade da utilização dos recursos da cobrança como garantia de recebíveis para  
286alavancar financiamentos que permitam a antecipação de recursos financeiros dessa cobrança,  
287propiciando a redução do tempo para a realização das obras e ações voltadas à despoluição  
288das bacias PCJ”. Com a palavra, o Responsável pela Entidade Delegatária, **Sr. Francisco**  
289**Lahós,-(Consórcios)** rememorou os esforços já feitos para tentar o que se pretende. Disse que a  
290intenção é antiga , inclusive no CEIVAP. Comentou sobre negociações ocorridas em 1992 com  
291o Banco Mundial, com carta aprovada pela Cofix. Nesta oportunidade, o problema surgido era  
292em termos de quem seriam os tomadores dos recursos , se os municípios ou o Governo de São  
293Paulo. Os estudos para utilização dos recursos da cobrança, como garantia para a obtenção de  
294empréstimos, continuaram ao longo dos anos. Neste mesmo período, disse o **Sr. Francisco**  
295**Lahós,-(Consórcios)** foram feitas as negociações que viabilizarão a utilização de 70% dos  
296recursos da compensação financeira do setor elétrico, destinada ao Estado de São Paulo para  
297constituir o FEHIDRO. Comentou que a procura por sustentabilidade sempre existiu,  
298infelizmente a legislação atual tem impedido que isso ocorra. Como registro, leu que devido à  
299Lei de Responsabilidade Fiscal está proibido: “ a captação de recursos sob a forma de  
300antecipação de receita de tributo ou contribuição, cujo fator gerador ainda não tenha  
301ocorrido”. Foi informado pelo membro da CTCOB que, na Câmara Técnica de Planejamento do  
302Comitê PCJ, o mesmo ofício, encaminhado ao CNRH, será analisado. A reunião da CT será dia  
3037/08 e quanto mais embasados tiverem, melhores serão as possibilidades de aprovar no comitê os  
304avanços das negociações. Registrou que poderá haver disponibilidade de 14milhões da cobrança  
305condominial e 11 milhões da compensação financeira via FEHIDRO para serem utilizados, mas  
306continua ainda a dúvida: quem seriam os tomadores dos recursos. Outro problema existente está  
307relacionado à falta de projetos executivos para serem financiados, haveria necessidade inclusive  
308de antecipação de recursos só para a elaboração dos mesmos e para as despesas decorrentes do  
309licenciamento ambiental. Iniciados os esclarecimentos e debates, o **Sr. Walder Suriani-**  
310**(Prestadoras)** questiona sobre a figura do tomador dos recursos . Seriam as prefeituras? Ou as

311Companhias de Saneamento? O **Sr. Francisco Lahós-(Consórcios)** informou que, de fato, o  
312problema do tomador de recursos ainda permanece e pensaram até no próprio Consórcio PCJ. No  
313caso das companhias de Saneamento, além da baixa capacidade de endividamento, ainda existem  
314as dificuldades decorrentes da dependência de tarifas que não podem ser facilmente ajustadas e  
315forma compatível com os preços praticados no mercado. Decorre deste fato a importância de se  
316obter recursos a fundo perdido. Como conclusão, ficou patente que dificilmente por tarifas as  
317companhias de saneamento poderão saldar os débitos de um futuro empréstimo. O **Sr. Rodrigo**  
318**Speziali -(SRHU/MMA)** mencionou que entende ser fundamental o saneamento, mas por outro  
319lado, as empresas não têm capacidade de endividamento para contrair empréstimos, resta então,  
320ser descoberta alguma brecha na Lei para assim haver, pelo menos, o retorno do capital por  
321parte destas empresas. Comentou ainda que o único instrumento que veda a operação pretendida  
322é o Contrato de Gestão, qualquer processo decorrente deveria passar por ele, se estiver  
323estabelecido no Contrato de gestão, a factibilidade passa a existir. O **Sr. Wilson Azevedo-**  
324**(Pescadores, lazer e turismo)** questionou o fato de se utilizar os recursos da cobrança para  
325ações de saneamento por entender que esta deveria ser uma responsabilidade do Ministério das  
326Cidades. O **Conselheiro Walder Suriani -(Prestadoras)** lembrou que estudos recentes  
327evidenciam que serão precisos 10 bilhões ano durante 20 anos para o equacionamento de todos  
328os passivos decorrentes da falta de saneamento no Brasil, portanto as alternativas apresentadas  
329até o momento na reunião serão sempre bem-vindas. O **Sr. Patrick Thomas-(ANA/MMA)**  
330emitiu sua opinião, caso se concretize a antecipação dos recursos da cobrança, sobre quem  
331deveria dar as garantias para o empréstimo a ser feito, no caso seria o Comitê através da  
332sua Agência, entende que a posição do comitê sobre esta questão é fundamental. **Sr. Rodrigo**  
333**Mattioli-(SRHU/MMA)** consultado, lembrou que a questão não é nova nas agências  
334regulatórias, mas também afirmou que tudo que é feito na área pública tem que ser baseado na  
335legislação vigente. Concorde que o contrato de gestão, disciplinado na Lei 10.881 é que deve  
336nortear estas pretensões. Comentou que existem outras questões, como o aval que, na sua  
337opinião, nem mesmo a ANA ou os Comitês podem fazê-lo. O **Conselheiro Walder Suriani –**  
338**(Prestadoras)** acha difícil encontrar um agente financeiro que se disponha a participar do  
339processo, talvez o BNDES, ou quem sabe o Ministério das Cidades que poderia criar uma linha  
340de crédito específica. Há que se buscar outras alternativas, inclusive o capital privado; concluiu,  
341dizendo que caberá ao governo buscar a melhor das alternativas. O **Sr. Hubert**  
342**Moraes(Prestadoras)** comentou de forma genérica sobre a falta de força do setor de  
343saneamento, comparativamente com outros setores como o de energia elétrica e telefonia.  
344Acredita o consultor que falta vontade política, como ocorreu com os avanços da telefonia móvel  
345em Minas Gerais. Ponderou que não se pode, a priori, inibir iniciativas como as que foram  
346discutidas na reunião que poderão contribuir para o estabelecimento e fortalecimento de uma  
347forte política de saneamento no país, que no momento reclama por falta de integração e  
348coordenação dos diversos setores participantes. O **Sr. Rodrigo Speziali-(SRHU/MMA)**  
349reforçou o pedido ao Sr. Patrick para que na próxima reunião da CT convide o Procurador da  
350ANA, Sr. Emiliano, para juntamente com os demais continuarem as discussões sobre o assunto.  
351Entende o Presidente da CTCOB que o tema é central e muito importante para o sistema,  
352inclusive recomendou que todos procurassem verificar mecanismos disponíveis, limites e  
353instituições financeiras que poderiam abraçar esta idéia. O **Sr. Francisco Lahós-(Consórcios)**  
354lembrou que dia 7/8 deverá ocorrer a reunião da CT Planejamento no Comitê PCJ. Até aquela  
355data, todas as contribuições serão bem-vindas para serem levadas àquela reunião. Agradeceu a  
356participação de todos nas discussões ocorridas e as contribuições já fornecidas, mas entende que  
357aprofundamentos ainda serão necessários. Sugeriu a criação de um GT na Câmara Técnica do  
358PCJ que, juntamente com a CTCOB, poderiam buscar a melhor alternativa para atender a esta  
359vontade manifestada por eles, através do ofício P018-2007 do Consórcio PCJ. **Item 6- Ações do**  
360**CTHIDRO, voltadas à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, projetos em desenvolvimento,**  
361**projetos concluídos e em conclusão. - Dr. Almir Cirilo- Presidente do Comitê Gestor do**  
362**Fundo de Recursos Hídricos do Ministério da Ciência e Tecnologia- MCT.** O presidente da

363CTCOB explicou, inicialmente, sobre os convites já formulados ao Sr. Almir Cirilo para  
364participar da Reunião da CT, realizada em Salvador e agora desta 50ª reunião, mas que  
365infelizmente em nenhuma das oportunidades tivemos a oportunidade de ter o Presidente do  
366Comitê Gestor do Fundo de Recursos Hídricos na CTCOB. Explicou que o CTHIDRO funciona  
367por demanda ou por encomenda, pelos últimos contatos com os Gestores do Fundo pode-se  
368inferir que há possibilidade da CTCOB poder sugerir novas linhas a serem estudadas. Em  
369seguida, mostrou em planilhas os projetos já concluídos e em andamento que tratam  
370especificamente da Cobrança, aventou-se inclusive a possibilidade de disponibilização dos  
371mesmos no Site do CNRH. O **Sr. Jaildo Santos-(OTEPs)** sugeriu inclusive que fossem feitos  
372convites para os coordenadores de pesquisa que viessem à CTCOB apresentar seus projetos  
373concluídos ou em andamento. Às 17h:15 o Presidente da CTCOB encerrou a reunião,  
374agradecendo a presença de todos .

375

376

377

378

379

380Ata aprovada na 51.ª Reunião da CTCOB, realizada no dia 31 de julho de 2007

381

382

383 **Rodrigo Speziali de Carvalho**

384 Presidente da CTCOB

385

386

387

**Ednaldo Mesquita Carvalho**

Relator da CTCOB